



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 1001 – CENTRO  
CEP: 38 160-000- NOVA PONTE-MG

**LEI Nº 2.131, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REMOÇÃO DOS CABOS E FIAÇÃO AÉREA, EXCEDENTES E SEM USO, INSTALADOS POR CONCESSIONÁRIAS QUE OPERAM OU UTILIZAM REDE AÉREA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA PONTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE, decreta:

**Art. 1º** As concessionárias que fornecem energia elétrica, telefonia fixa, banda larga, telecomunicações, internet, TV a cabo ou serviços assemelhados que utilizem tal infraestrutura por meio de rede aérea no Município de Nova Ponte ficam obrigadas a:

**I** – Identificar os fios e cabos de sua responsabilidade de acordo com o manual técnico da concessionária de energia;

**II** – Realizar o alinhamento dos fios e cabos nos postes;

**III** – Retirar os fios e cabos excedentes, soltos ou sem uso, bem como demais equipamentos inutilizados;

**IV** – Realizar manutenção periódica, sempre que necessário ou solicitado.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I – Concessionária:** Pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, mediante contrato de concessão, permissão ou autorização do poder competente, presta serviços que dependem da utilização da infraestrutura de postes e da rede aérea no âmbito do Município.

**II – Detentora da infraestrutura:** A empresa responsável pela infraestrutura de postes e vãos, em geral a concessionária de distribuição de energia elétrica.

**III – Ocupante:** A empresa que utiliza pontos de fixação nos postes da detentora da infraestrutura mediante contrato de compartilhamento para prestar serviços aos seus consumidores.

**IV – Autuada:** A empresa que foi formalmente notificada por ter descumprido a lei;

**V – Poste:** Estrutura de suporte de redes aéreas instalada em logradouro público.

**VI – Trecho:** Extensão contínua de rede aérea delimitada na notificação, geralmente definida pelo intervalo entre dois ou mais postes.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 1001 – CENTRO  
CEP: 38 160-000- NOVA PONTE-MG

**VII – Cabos e fios excedentes ou sem uso:** Qualquer cabo, fio, cordoalha, “drop”, reserva técnica, sobra, derivação ou equipamento desativado, sem função operacional, instalado ou abandonado em via pública.

**VIII – Risco iminente:** Situação que, por sua natureza, possa representar perigo imediato à vida ou à integridade de pessoas e bens, ou gerar perturbação relevante à prestação de serviço público.

**IX – Defesa:** Manifestação formal da concessionária autuada, apresentada em primeira instância administrativa, na qual se contesta o auto de infração, apresentando fatos, argumentos e provas para demonstrar sua improcedência.

**X – Recurso:** Instrumento processual utilizado pela concessionária para solicitar a reanálise da decisão administrativa que lhe foi desfavorável, dirigido a uma autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão original.

**XI – Reincidência:** A repetição da mesma infração, no mesmo trecho ou poste, no período de 12 (doze) meses após a decisão administrativa definitiva que confirmou a autuação anterior.

**XII – Crédito Municipal:** Valor monetário consolidado, correspondente à multa administrativa, cujo pagamento se torna exigível pela Fazenda Pública Municipal após a conclusão definitiva do processo de autuação.

**XIII – Dívida Ativa:** Cadastro que reúne os créditos municipais não pagos no prazo legal. A inscrição em Dívida Ativa torna o débito líquido, certo e exigível, permitindo sua cobrança por via executiva judicial, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 3º** Cada concessionária é responsável exclusivamente pela retirada e manutenção de seus próprios cabos e equipamentos, exceto quando se tratar de rede de energia elétrica de responsabilidade da concessionária de energia, que deverá providenciar as medidas cabíveis.

**Art. 4º** O Município notificará a concessionária responsável para regularizar situações que apresente irregularidades, concedendo prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação de plano de remoção e correção das irregularidades.

**§ 1º** A notificação conterá identificação da concessionária responsável através de CNPJ ou documento hábil, descrição da irregularidade identificada, localização da irregularidade ou intervalo entre postes, dia e hora da constatação, assinatura e nome legível do fiscal e menção de que se não regularizar a situação no prazo do *caput* deste artigo, será imposta penalidades à concessionária responsável.

**§ 2º** O não atendimento sujeitará a concessionária às seguintes penalidades graduadas:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 1001 – CENTRO  
CEP: 38 160-000- NOVA PONTE-MG

**I** – Advertência, com prazo de 10 (dez) dias úteis para sanar a irregularidade, quando não houver risco iminente;

**II** – Multa de 300 (trezentas) UFM na primeira infração;

**III** – Multa em dobro, correspondente a 600 (seiscentas) UFM, em caso de reincidência;

**IV** – Persistindo o descumprimento por mais de 30 (trinta) dias após a aplicação da multa por reincidência, será aplicada nova multa no valor estipulado no inciso III, de forma sucessiva a cada 30 (trinta) dias, até o efetivo cumprimento da obrigação no poste notificado.

§ 3º O pagamento da multa não exime a empresa do dever de corrigir as irregularidades.

§ 4º A concessionária autuada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de ciência da autuação, para apresentar defesa escrita perante a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que será o órgão responsável por analisar e julgar a defesa em primeira instância.

§ 5º O não acolhimento da defesa ou a sua não apresentação no prazo legal resultará na aplicação da penalidade correspondente, notificando-se a concessionária da decisão.

§ 6º Da decisão que negar provimento à defesa e mantiver a penalidade, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão.

§ 7º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará à Secretaria Municipal de Governo, que julgará o recurso em segunda e última instância administrativa.

§ 8º O crédito não pago será inscrito em Dívida Ativa com o município, para fins de cobrança nos termos da legislação aplicável.

§ 9º Para fins desta Lei, UFM significa Unidade Fiscal do Município (ou outra que vier a substituí-la), adotando-se seu valor vigente na data do fato gerador da infração.

**Art. 5º** A concessionária de energia elétrica deverá comunicar à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre qualquer substituição ou manutenção programada de postes que exija a intervenção das demais ocupantes da infraestrutura.

§ 1º Após o recebimento da comunicação, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos notificará formalmente, por meio eletrônico, as demais concessionárias e empresas que utilizam os postes, conforme o cadastro de que trata o art. 9º desta Lei.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE-MG

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 1001 – CENTRO  
CEP: 38 160-000- NOVA PONTE-MG

§ 2º As empresas notificadas terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da notificação emitida pelo Município, para realizar o alinhamento e a regularização de seus respectivos cabos e equipamentos.

§ 3º Em casos de substituição ou manutenção emergencial que impossibilite a comunicação prévia, a concessionária de energia elétrica deverá comunicar o Município em até 24 (vinte e quatro) horas após o início dos trabalhos, justificando a urgência, aplicando-se o mesmo rito de notificação previsto nos parágrafos anteriores.

§ 4º A substituição ou manutenção de postes não acarretará qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

**Art. 6º** Os novos projetos de instalação de rede aérea no Município deverão conter identificação visível dos cabos e equipamentos de cada concessionária e instalados separadamente a cada vão entre postes.

**Art. 7º** O cumprimento desta Lei ocorrerá sem ônus para os consumidores e para a Administração Pública.

**Art. 8º** O prazo para a implementação do que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 1º desta Lei será de no máximo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 9º** As empresas sujeitas a esta Lei deverão efetuar ou atualizar o cadastro junto ao Município, contendo CNPJ, endereço, responsável técnico e canais eletrônicos oficiais para recebimento de notificações, inclusive e-mail e Whatsapp exclusivo para tal finalidade;

§ 1º O poder Executivo poderá promover divulgação desta Lei e de seu regulamento às empresas cadastradas ficando a seu critério oficial, caso entenda necessário, as concessionárias que atuam no município para informa-las sobre as novas regras e o prazo de adequação.

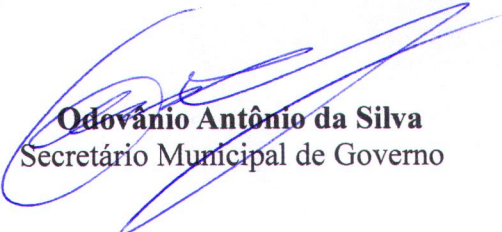
§ 2º O município manterá canal eletrônico para envio e acompanhamento de Plano remoção e correção das irregularidades, notificações e comunicações correlatas.

**Art. 10** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Ponte/MG, 24 de setembro de 2025.

  
**Prof. José Divino da Silva**  
Prefeito Municipal

  
**Odovânio Antônio da Silva**  
Secretário Municipal de Governo